

Câmara começa a votar isonomia na terça

Arnildo Schulz — 18/06/91

Scheila Bernadete

O projeto de isonomia salarial dos servidores públicos e a emenda constitucional que prevê a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo para 21 de abril de 93 começam a ser votados na Câmara na próxima terça-feira. A garantia foi dada ontem, pelo presidente da Casa, deputado Ibsen Pinheiro. Ele explicou que, depois de apreciadas estas duas propostas, o plenário ficará dependendo das comissões e das matérias que poderão retornar ao Senado, caso sofram emendas.

Dos 26 itens que integram as pautas de votação da Câmara, Senado e Congresso, juntamente com os projetos de iniciativa do Executivo, 11 dependem de pareceres e votações conclusivas nas diversas comissões, que trabalharão normalmente durante o período extraordinário. Da lista relacionada para a autoconvocação, a Câmara votou 12 dos 16 projetos. Dos demais projetos da pauta do Presidente da República, num total de 10, todos dependem de apreciação pelas comissões permanentes da Câmara, sendo que cinco em caráter conclusivo.

A proposta de ajuste fiscal constante ainda do Emendão enviado pelo governo ao Congresso, no início do ano, deverá ser votada também nesta terça, na comissão especial, cujo relator é o deputado Benito Gama (PFL-BA). De acordo com os líderes governistas, depois de votada, a emenda deverá ser acoplada à proposta de reforma tributária, que deverá chegar ao Legislativo no dia 14 deste mês.

Polêmica

Ao contrário dos projetos de isonomia e da antecipação do plebiscito — considerados como de fácil aprovação, sendo que este último já passou pela Câmara em primeiro turno —, a proposta de reforma fiscal em tramitação é polêmica. Entre os pontos de discórdia está o que diminui de dez para três salários mínimos o teto máximo de benefícios da Previdência. “Isso é um absurdo”, que não deverá ser aprovado”, reage o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), relator da Comissão Especial do Sistema Previdenciário.

Conforme o deputado, se a medida for aprovada, vai sepultar de vez a previdência pública, pois 80% da receita atual seriam transferidos para a iniciativa privada, já que o teto valeria também para as contribuições dos segurados. O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, que já se declarou favorável à manutenção do teto de dez salários mínimos, conforme estabelece a atual Lei de Benefícios, mantém-se cauteloso, dizendo que a decisão final caberá ao Congresso.

O deputado Geraldo Alkmin Filho (PSDB-SP), relator da Lei de Benefícios, lembra que, na época da sua elaboração, houve dezenas de emendas para elevar a maior aposentadoria para 20 salários mínimos e, por isso, duvida da redução do teto. “O valor do benefício não pode ser fixado em salários mínimos, pois o que atualmente corresponde a três mínimos, daqui a alguns anos valerá somente um, já que o mínimo tem ganho real e os benefícios não”, ressalta.

Outras matérias constantes da convocação extraordinária do Congresso serão as regulamentações da Lei Eleitoral, do Conselho de Comunicação Social e do Fundo de Participação. Também estarão em pauta os vencimentos dos docentes do primeiro e segundo grau, a diminuição do número de vereadores e a definição dos títulos da dívida ativa.

O Congresso vai se pronunciar sobre as normas para licitações e contratos na administração pública, além da prestação de serviços públicos. O Senado se pronunciará sobre os projetos da reforma agrária e dos portos.



Ibsen garante que a Câmara votará o projeto que antecipa o plebiscito sobre parlamentarismo